

UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EDUCACIONAL DE VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA APARTIR DA DANÇA E CAPOEIRA

Bruno Ferreira Silva – UFPB-Areia

Lidiane Alves Soares - UFPB-Areia

Fábio Cardan de Sousa Silva - UFPB-Areia

Rildo Oliveira Fernandes - UFPB-Areia

Ana Cristina Silva Daxenberguer - UFPB-Areia (orientadora)

INTRODUÇÃO

Mesmo com o final da escravatura, os negros africanos ainda continuam a sofrer discriminação e lutam por amparos perante a lei. Como afirma CUNHA:

Além de sermos uma sociedade forjada na construção de um escravismo criminoso, a abolição foi realizada sem uma ampla revisão de direitos e necessidades da população negra. Ao contrário, as políticas republicanas sempre foram da “negação do Brasil” e da europeização do país. As políticas cultural e educacional são exemplos importantes deste esforço, onde nós encontramos uma constante “folclorização”, simplismos, desprezo e perseguição à cultura africana e afrodescendente (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 7).

Há registro que os africanos escravizados, que moravam em pequenas aldeias, distantes do litoral, eram vítimas de assaltos e guerras. Presas pelo pescoço umas às outras, essas pessoas eram levadas para os mercados onde aguardavam os compradores, às vezes por meses. Eram então trocadas, no século XVIII, principalmente pelo fumo de rolo produzido na Bahia, produto muito procurado naquela região e que garantia a primazia dos brasileiros. Mas o sucesso comercial não impediu que o reino iorubá corresse risco. Com a expansão do reino vizinho, o Daomé, vários territórios subordinados a Oió passaram a ser saqueados e a ter os seus habitantes escravizados.

Desse modo, de implacáveis caçadores de escravos, os iorubás foram transformados eles mesmos em cativos, principalmente a partir do final do século XVIII(CUNHA JR, 2008). O tráfico era tão fundamental para o reino de Daomé que, em 1750, 1795 e 1805 foram enviados embaixadores daomeanos à Bahia com a incumbência de firmar acordos de monopólio comercial para o envio de cativos. Portanto, ao longo da história brasileira, temos um legado de escravidão da população negra no Brasil, o qual trouxe marcas significativas de discriminação, preconceito e desigualdade até hoje. Os negros, no Brasil, atualmente, ainda vivem a margem da sociedade sem direito à terra, dificuldade de acesso ao trabalho digno, à educação, à saúde ou à habitação, tornando-se excluídos de seus direitos básicos à dignidade humana. Como consta a pesquisa do IBGE:

As desigualdades raciais manifestas em todos os indicadores aqui analisados expressam a recorrente exclusão social, à qual homens e mulheres, identificados como pretos ou pardos, são submetidos ao longo do percurso de suas vidas. Sistemáticamente desfavorecidos quanto às condições de moradia, assistência médico-sanitária, escolaridade, emprego e renda, para mencionar os mais importantes fatores de exclusão, este segmento populacional de ascendência africana e indígena também apresenta maiores níveis de mortalidade infantil, menores valores de esperança de vida ao nascer, maiores índices de mortalidade de jovens e maiores proporções de mortalidade de gestantes. (BRASIL, PNAD/IBGE,2007, p. 182).

Até os dados mais atuais da população brasileira, mostram ainda que a população parda ou negra encontra-se na camada social de menor poder econômico e de escolarização. De acordo com o Censo de 2010, a população negra ou parda está mais concentrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, regiões caracterizadas como as com menor poder aquisitivo econômico; o que nos permite afirmar a relação entre cor e poder aquisição, que demonstrar que as regiões que concentram a maior parcela da população autodeclarada cor branca residente nas regiões com maior renda percapta nacional, enquanto a região com a maior parcelada da população negra brasileira, encontra-se nas regiões norte e nordeste. Isto pode se resultado de um modelo social

escravocrata que deixou para a população brasileira a exclusão social desta população ao acesso aos bens culturais, sociais e seus direitos civis.

De acordo com IBGE (2010), em 2010, “viviavam no país 91 milhões de pessoas que se classificaram como brancas (47,7%), cerca de 82 milhões que se declararam pardos (43,1%) e 15 milhões, pretos (7,6%). Os amarelos chegaram a quase 2 milhões (1,1%) e os indígenas a 817 mil (0,4%). A população indígena estava concentrada (60,8%) nas áreas rurais, enquanto 15,6% do total da população brasileira vivia nessas áreas.”

Ao longo da história brasileira, nota-se a falta de respeito e as questões racistas e discriminatórias que excluía a população negra nas escolas; como consta na Constituição de 1824, art. 6º, item I, que a educação se restringia aos brasileiros, todavia, grande parcela da população no Brasil, nesta época, era oriunda da África e/ou descendentes de escravos nascidos no Brasil. E mesmo com o passar de séculos, hoje os negros estão a todo instante sofrendo discriminação. Como traz o Censo de 2010 (IBGE, 2010)¹

No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava estabelecimento de ensino, houve forte diferença no acesso a níveis de ensino pela população segmentada por cor ou raça. No nível superior, encontravam-se 31,1% dos brancos nesse grupo etário, enquanto apenas 12,8% dos pretos e 13,4% dos pardos. O Censo revelou, também, que a defasagem entre idade e nível de ensino que a pessoa frequentava atingiu cerca de 50% das pessoas de 15 a 24 anos que estavam no ensino fundamental, enquanto já deveriam ter alcançado ao menos o ensino médio.

Ao se observar a posição na ocupação entre brancos, pretos e pardos, observou-se uma maior representação das pessoas que se declararam brancos entre os grupos com proteção da previdência social (empregados com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários), assim como entre os empregadores (3,0% entre brancos, enquanto 0,6% entre pretos e 0,9% entre pardos).

A luta das camadas negras pela sua inclusão no processo de escolarização oficial evidencia que mesmo à margem do exercício pleno da cidadania, os negros acompanharam os processos de desenvolvimento da nação brasileira. Foi preciso muito

¹ Informação adquirida na página do IBGE, acesso: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>, em 16/11/2014, às 6 horas.

sofrimento e sangue derramado para que os negros conquistassem as vitórias hoje alcançadas, sendo uma delas a aprovação da Lei 10.639/03, que altera a Lei nº. 9394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Básica. A lei foi um passo importante e teve na sequência a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História, Cultura Africana e Afro-Brasileira pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) (BRASIL, 1998) trazem a temática das relações étnico-raciais como um tema transversal, tratado como pluralidade cultural. Ao tratar sobre lutas, aparece a capoeira como uma das possibilidades a serem trabalhadas, ao lado do karatê, judô e outras lutas marciais orientais. Quando se refere às danças, menciona a dança afro-brasileira como sendo uma dança que retrata bem a questão cultural (BRASIL, 1998, p. 42).

Utilizar metodologias em sala de aula para quebrar o preconceito e o racismo são atitudes que devem ser incorporados nos profissionais da educação, para se romper com o mito do bom selvagem. Como traz Cunha Júnior (1997), “a imagem do africano na nossa sociedade é a do selvagem acorrentado à miséria. Imagem construída pela insistência e persistência das representações africanas como a terra dos macacos, dos leões, dos homens nus e dos escravos” (CUNHA JR, 1997, p. 58). Somente com a educação e a conscientização das pessoas sobre a importância e a condição da diversidade na sociedade brasileira, se poderá vencer o racismo e conhecer, realmente, a história e a luta dos negros africanos no desenvolvimento do país. Os alunos se sentirão sensibilizados e conseqüentemente vão eliminar as formas de racismo e valorizar a diversidade se for implementado no cotidiano escolar, práticas de reconhecimento da diversidade humana. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de didático-pedagógica de valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira, a partir da produção de um vídeo-documentário sobre dança e capoeira desenvolvido por graduandos do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Federal da Paraíba, Campus II- Areia-PB, na disciplina de Educação Inclusão Social.

METODOLOGIA

O vídeo documentário foi produzido na disciplina de Educação e Inclusão Social, da Universidade Federal da Paraíba, no qual servirá de ferramenta de suma

importância para se utilizar como proposta pedagógica de trabalho em salas de aulas, uma vez que é pouco desenvolvida nas escolas: a dança e a capoeira.

Atualmente, muito se tem debatido a cerca da inclusão de recursos tecnológicos no ambiente escolar, fato justificável pela forte presença no nosso dia-a-dia. Segundo Manuel Castells (1999, p.24):

Estamos presenciando uma revolução inédita na história da humanidade que se baseia no acesso, processamento e comunicação da informação que é possibilitada pelo contato cada vez mais estreito entre as mentes humanas e as tecnologias digitais.

O vídeo é relevante, pois poderão ser abordadas questões étnico-raciais, culturais, preconceito, entre outros temas que não são debatidos com frequências nas salas de aula. Utilizar recursos áudio visuais é mais atrativo para os jovens, desenvolvendo uma aprendizagem mais eficaz e significativa, pois o material pode ser demonstrado a partir das realidades próximas dos educandos. José Manuel Moran (2000, p. 37), educador e incentivador do uso das mídias na educação diz que:

A televisão e o vídeo partem do concreto, do visível, do imediato, do próximo – daquilo que toca todos os sentidos. Mexem com o corpo, com a pele – nos tocam e “tocamos” os outros, estão ao nosso alcance através dos recortes visuais, do close, do som estéreo envolvente. Pela TV e pelo vídeo sentimos, experimentamos sensorialmente o outro, o mundo, nós mesmos.

Ele ainda afirma que "os alunos estão prontos para a multimídia, pois são de uma geração que nasceu sob o fascínio das novas tecnologias" (ibidem, p.37), assim o professor tornar se um mediador entre a teoria e os recursos pedagógicos facilitando a aprendizagem dos alunos.

A presente pesquisa foi realizada com alguns capoeiristas da zona urbana e da zona rural da comunidade Chã de jardim e com os integrantes do grupo de dança de tradições folclóricas Moenda, na cidade de Areia, estado da Paraíba. Os dados foram coletados durante as oficinas, por meio de entrevistas que segundo Laville & Dione (1999, p.189) afirmam que a entrevista “possibilita um contato mais íntimo entre entrevistador e entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus

saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores''. Portanto, se constitui um instrumento de grande relevância, visto que se insere como forma de coleta de fatos relatados pelos sujeitos, enquanto atores que vivenciam uma realidade evidenciada.

Após a fase de coleta de dados, iniciamos o processo de análise das entrevistas e edição do vídeo a partir de uma classificação das cenas e relatos mais importantes e interpretação do material coletado, procurando estabelecer articulações entre os dados e o referencial teórico da pesquisa, indo além da mera descrição. Após a finalizar a edição apresentamos o vídeo em sala de aula para a turma da disciplina de Educação e Inclusão Social. Desta forma vemos que este objeto de estudo servirá para o enriquecimento de aulas em outras disciplinas relacionadas à temática, uma vez que o papel do professor, hoje, está mudando e essa mudança na educação impõe um desafio de ensinar o aprender, como Marilda Aparecida Behrens defini claramente:

O desafio imposto aos docentes é mudar o eixo do ensinar para optar pelos caminhos que levam ao aprender. Na realidade, torna-se essencial que professores e alunos estejam num permanente processo de aprender a aprender. (2000, p.73).

O professor precisa melhorar seu ensino com uso de propostas pedagógicas para que assim tenhamos um ensino de qualidade e a sensibilização dos alunos perante a inclusão dos negros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O marco inicial de nosso trabalho foi a formulação das perguntas para a realização da pesquisa, centradas na origem dos grupos culturais, o tempo de existência, as dificuldades e os problemas enfrentados, os tipos de apresentações, condições financeiras, entre outras. Após, marcamos com os grupos: Grupo de Tradições Folclóricas Moenda, Angola Palmares e o Mestre Emanuel da Capoeira, para que fossem feitas as entrevistas, nas quais utilizamos uma filmadora e uma máquina fotográfica de alta resolução para registrar os momentos de pesquisa. Cada palavra, imagem, cena, detalhes dos relatos foi capturado e depois editado. Tais contribuições

riquíssimas nos levaram a refletir sobre os problemas que são enfrentados no dia a dia de cada grupo cultural para a manutenção de seus trabalhos.

Mas, também tivemos a oportunidade de conhecer a história desde a criação até os dias de hoje dos grupos culturais; a aceitação e o espaço que cada um vem ganhando perante a sociedade, que muitas vezes é discriminatório e/ou preconceituoso, pelo fato de não terem apoio forte do município e de não divulgação de seus trabalhos.

Figura 1 Grupo de Capoeira Angola
Palmares do SitioChã Jardim



Figura 2 Grupo de Tradições Folclóricas
Moenda



Fonte: acervo pessoal dos autores

Figura Grupo de Capoeira Angola Palmares

Figura 4: Foto 4.Apresentação do Grupo de Tradições Folclóricas Moenda



Fonte: <http://marcelloalexandre.blogspot.com.br/2012/03/cha-de-jardim-tambem-e-cultura-grupo-de.html>

A criação do vídeo foi de extrema importância para os alunos da turma de Educação e Inclusão Social, devido principalmente ao contato que tivemos com os participantes da entrevista, onde pudemos conhecer de perto a história e o trabalho de cada membro dos grupos já citados. Mas, sobretudo, pela possibilidade de elaboração de um material didático pedagógico que servirá para práticas docentes com o objetivo de valorizar e fomentar o reconhecimento da cultura afro-brasileira no cotidiano escolar. Propor alternativas de trabalhos diferenciadas para uma educação das relações étnico-raciais é um desafio na implementação da Lei 10.639/03, principalmente, porque estudos de Daxenberger e Sá Sobrinho (2014) mostram que muitas escolas não tenham conseguido desenvolver ações nesta área por falta de conhecimento e/ou formação dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de vídeo-documentário é uma ferramenta de suma importância para a valorização da cultura afro-brasileira e a eliminação de discriminação sobre aspectos relacionados à cultura afrodescendente, que muitas vezes não são tão valorizados no âmbito escolar.

Este recurso audiovisual juntamente com uma proposta didática do professor podem dar mais vida e atratividade às atividades de classe possibilitando uma aprendizagem mais significativa. Foi o que ocorreu na disciplina de Educação e Inclusão Social, vinculada a formação de Licenciados em Ciências Biológicas, da Universidade Federal da Paraíba, na qual, a partir de estudos teóricos, os graduandos precisaram pensar ações de cunho crítico-reflexivo para auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 e na superação da discriminação racial. Assim a criação deste vídeo foi enriquecedor para os graduandos elaboradores, uma vez que tiveram a oportunidade de conhecer profundamente a cultura afrodescendente e criar uma ferramenta que será útil para a educação básica.

Romper com o modelo cultural racista deve ser um esforço primário em todas as escolas brasileiras, pois o país é constituído pela miscigenação e uma grande riqueza cultural.

REFERÊNCIAS

BEHRENS, M. A; MORAN, J. M & MASETTO, M. **As Novas Tecnologias e a mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências Matemáticas e da Natureza e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1998. p.4-16.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História, Cultura Africana e Afro-Brasileira pelo Conselho Nacional de Educação**. Brasília, MEC, 2004.

_____. **Constituição Federal**, Senado Brasileiro: Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, nº 9.394**. Senado Brasileiro: Brasília, 1996.

_____. **Lei 10.639**. Senado Brasileiro: Brasília, 2003.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **IBGE, CENSO 2010**. Brasília. 2010. Acesso: 16/11/2014, 6 horas, endereço eletrônico;

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf

_____. **Relatório PNAD/IBGE**, Brasília, 2007.

CASTELLS, Manuel (1996). **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, em três volumes: "A sociedade em rede", "O poder da identidade" e "Fim de milênio"**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **A história africana e os elementos básicos para o seu ensino**. In. COSTA LIMA, Ivan e ROMÃO, Jeruse (org). **Negros e currículo**. Série Pensamento Negro em Educação nº. 2. Florianópolis: Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

DAXENBERGER, A.C.S, SÁ SOBRINHO, R. G. **FORMAÇÃO DOCENTE: EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**. In, **Anais do Conedu**, Campina Grande, 2014.

LAVILLE, D. e DIONNE, J. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/docs/indic_sociais2007_mulher.pdf

MORAN, José Manuel. **Desafios da Televisão e do Vídeo à escola**. Acesso em: 25/08/2014.

Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/textos.htm>. Acesso em: 25/08/2014.

Disponível em:

http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil_cap01.pdf Acessado em :16/09/2014 às 00:44